

# SME\_Resultados 2025



Santa Maria Energética Ltda.  
Demonstrações Financeiras de 2025

Rua Aurélio Gatti, 22  
Esplanada - Colatina/ES  
CEP: 29702-642  
Tel.: (27) 2101-2323

**SUMÁRIO**

---

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>3</b>
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
<b>NOTAS EXPLICATIVAS.....</b>	<b>8</b>
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO .....	10
3. BASE DE PREPARAÇÃO .....	11
4. INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
6. TRIBUTOS.....	15
7. DIVIDENDOS A RECEBER.....	17
8. INVESTIMENTOS .....	17
9. IMOBILIZADO .....	18
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS .....	19
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	19
12. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .....	20
13. DESPESAS OPERACIONAIS .....	21
14. RESULTADO FINANCEIRO .....	21
15. IMPOSTOS .....	21
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	22
<b>CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>28</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Balanços patrimoniais – Ativo

Santa Maria Energética Ltda.

Balanços patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.808	7.999
Tributos correntes	6	208	83
Dividendos a receber	7	-	1.384
Outros ativos circulantes		5	4
<b>Total do circulante</b>		<b>2.021</b>	<b>9.470</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos	8	261	45.475
Imobilizado	9	2.785	2.757
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.046</b>	<b>48.232</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.067</b>	<b>57.702</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balancos patrimoniais – Passivo

## Santa Maria Energética Ltda.

 Balancos patrimoniais  
 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		1	2
Obrigações sociais e trabalhistas	10	20	17
Tributos	6	12	14
Dividendos propostos	11.3	-	1.541
Outros passivos circulantes		4	-
<b>Total do circulante</b>		<b>37</b>	<b>1.574</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	11	2.000	19.653
Reservas de lucro	11.1	3.030	36.475
<b>Total do patrimônio líquido</b>	11.2	<b>5.030</b>	<b>56.128</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.067</b>	<b>57.702</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados dos exercícios****Santa Maria Energética Ltda.****Demonstrações dos resultados dos exercícios  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>	12	<b>105</b>	<b>120</b>
Despesas operacionais	13	<u>(319)</u>	<u>(291)</u>
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(214)</b>	<b>(171)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	14	<b>595</b>	<b>1.126</b>
Receitas financeiras		<u>595</u>	<u>1.126</u>
<b>Resultado antes da equivalência patrimonial</b>		<b>381</b>	<b>955</b>
Resultado da equivalência patrimonial	8	<u>1.198</u>	<u>5.536</u>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>1.579</b>	<b>6.491</b>
<b>Impostos</b>	15	<b>(131)</b>	<b>(328)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		<u>(131)</u>	<u>(328)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>1.448</u></b>	<b><u>6.163</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Santa Maria Energética Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar		
<b>Saldos em 1º de dezembro de 2024</b>	<b>19.653</b>	<b>3.931</b>	<b>40.922</b>	-	-	<b>64.506</b>
Distribuição de dividendos	-	-	(13.000)	-	-	(13.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.163	6.163
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	4.622	(4.622)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.541)	(1.541)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>19.653</b>	<b>3.931</b>	<b>27.922</b>	<b>4.622</b>	-	<b>56.128</b>
Aumento de capital	30.271	(3.931)	(26.340)	-	-	-
Transferência capital social	(47.924)	-	-	-	-	(47.924)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(4.622)	-	(4.622)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.448	1.448
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	1.448	(1.448)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.000</b>	-	<b>1.582</b>	<b>1.448</b>	-	<b>5.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Santa Maria Energética Ltda.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Em milhares de reais)*

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos impostos		1.579	6.491
<b>Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa</b>			
Resultado da equivalência patrimonial	8	(1.198)	(5.536)
		<b>381</b>	<b>955</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Tributos correntes	6	(125)	90
Outros ativos circulantes		(1)	2
		<b>(126)</b>	<b>92</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Fornecedores		(1)	1
Obrigações sociais e trabalhistas	10	3	(23)
Tributos	6	(2)	(4)
Outros passivos circulantes		4	-
		<b>4</b>	<b>(26)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social	15	(131)	(328)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>128</b>	<b>693</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	9	(28)	(22)
Outros investimentos	8	(128)	(127)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		<b>(156)</b>	<b>(149)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos	11.3	(6.163)	(16.125)
Dividendos recebidos	7	-	7.536
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>		<b>(6.163)</b>	<b>(8.589)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(6.191)</b>	<b>(8.045)</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.999	16.044
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(6.191)</b>	<b>(8.045)</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.808	7.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### **Santa Maria Energética Ltda.** **Notas explicativas às demonstrações financeiras do** **exercício social findo em 31 de dezembro de 2025** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **1. Contexto operacional**

A Santa Maria Energética Ltda. (“SME” ou “Companhia”) é uma sociedade empresária limitada unipessoal, de direito privado, com sede no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia é controlada integralmente pela Santa Maria Participações S.A. (“SMP”) e tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica.

Até 30 de setembro de 2025, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2025, foi aprovada sua transformação em sociedade empresária limitada unipessoal, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76 e do Código Civil.

A transformação ocorreu sem dissolução ou liquidação, mantendo-se a continuidade das operações, ativos, passivos, direitos e obrigações anteriormente existentes.

##### **1.1 Reestruturação societária ocorrida em 2025**

O exercício de 2025 foi marcado por relevante reorganização societária intragrupo, que alterou substancialmente a estrutura patrimonial da Companhia.

Até 28 de fevereiro de 2025, a SME detinha 51% de participação na Hidrelétrica Cachoeirão S.A., classificada como empreendimento controlado em conjunto e mensurada pelo método da equivalência patrimonial (vide Nota 2).

Em 24 de fevereiro de 2025, foi aprovado aumento de capital social mediante capitalização de reservas.

Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de abril de 2025, foi aprovada a redução do capital social, por considerá-lo excessivo, com restituição de capital à controladora SMP.

A restituição ocorreu principalmente por meio:

- da transferência da totalidade da participação societária detida na Hidrelétrica Cachoeirão S.A., avaliada a valor contábil com base em laudo de avaliação; e
- da cessão do direito ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Como consequência dessa operação:

- a Companhia deixou de deter participação societária na investida;
- o investimento foi integralmente baixado do ativo; e

## Resultados de 2025

- a Companhia deixou de possuir empreendimentos controlados em conjunto.

Após a conclusão da reorganização societária e da transformação do tipo jurídico, a SME não detém participações societárias relevantes e passou a apresentar estrutura patrimonial simplificada em 31 de dezembro de 2025.

### 1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal (em substituição ao PIS e à Cofins) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (em substituição ao ICMS e ao ISS).

A reforma também criou o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado à tributação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja lista será definida em legislação complementar.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários atual e novo coexistirão.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/2026 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária gera impactos relevantes nos processos tributários e operacionais, exigindo investimentos em tecnologia, processos e maior integração das áreas internas para adaptação ao novo modelo tributário. Nesse sentido, a Companhia vem desenvolvendo estudos estruturados para avaliação dos potenciais impactos da Reforma em suas operações, abrangendo a revisão de sistemas, processos e controles fiscais. Ao longo de 2025, as iniciativas relacionadas à Reforma concentraram-se na preparação para o ano de “teste”, que consistiu na alteração do layout dos documentos fiscais e na aplicação de alíquotas de 1% de IBS/CBS, sem impacto financeiro. Embora o Governo tenha postergado a entrada em vigor dessa etapa (inicialmente prevista para 1º de janeiro de 2026), a Companhia manteve seu cronograma de planejamento e concluiu a atualização dos sistemas na data originalmente definida.

A Companhia encontra-se em fase de mensuração dos impactos financeiros esperados a partir de 2027, data da efetiva implantação da CBS e extinção do PIS/COFINS. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição, a Administração conclui que não existem impactos materiais a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

## Resultados de 2025

### 2. Entidades controladas em conjunto

#### 2.1 Participação societária até 28 de fevereiro de 2025

Até 28 de fevereiro de 2025, a Companhia detinha 51% de participação societária na Hidrelétrica Cachoeirão S.A., exercendo controle conjunto com a Cemig Geração e Transmissão S.A., nos termos de acordo de acionistas que estabelecia a necessidade de consentimento unânime para deliberação sobre as atividades relevantes da investida.

Em razão dos direitos sobre os ativos líquidos da investida, o investimento era classificado como empreendimento controlado em conjunto (“*joint venture*”) e mensurado pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto e o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

A participação societária mantida até a data-base da reorganização está demonstrada a seguir:

Controlada	Nota	País	Participação acionária	
			31/12/2025	31/12/2024
<b>Participação Direta</b>				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	8	Brasil	-	51%

#### 2.2 Reorganização societária e baixa do investimento

No contexto da reorganização societária intragrupo ocorrida em 2025, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de abril de 2025, foi deliberada a redução do capital social da Companhia, com restituição de capital à sua controladora, Santa Maria Participações S.A.

A restituição foi realizada substancialmente por meio da transferência da totalidade da participação societária detida na Hidrelétrica Cachoeirão S.A., avaliada com base em laudo de avaliação a valor contábil, com data-base de 28 de fevereiro de 2025, conforme detalhado a seguir:

Natureza da Operação	Ativo (Baixa)	Patrimônio Líquido (Baixa)	Valor (R\$)
Transferência de Participação	Investimentos (Hidrelétrica Cachoeirão S.A.)	Capital Social	46.540
Transferência de Créditos	Dividendos a Receber	Capital Social	1.384
<b>Total da Operação</b>	<b>Total Ativos Cedidos</b>	<b>Redução de Capital</b>	<b>47.924</b>

Em decorrência dessa operação:

- a Companhia deixou de exercer controle conjunto sobre a investida;
- o investimento foi integralmente baixado do ativo;
- cessou o reconhecimento de resultado por equivalência patrimonial a partir da referida data.

Por se tratar de transação entre entidades sob controle comum, a operação foi registrada com base nos respectivos valores contábeis, não havendo reconhecimento de ganho ou perda no resultado do exercício.

#### 2.3 Situação em 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não detém participações classificadas como empreendimentos controlados em conjunto.

### **3. Base de preparação**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando no curso normal de seus negócios e concluiu que não existem eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam gerar incerteza material quanto à sua continuidade operacional.

Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2026.

#### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

#### **3.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos aplicados pela Companhia referem-se, quando aplicável:

- à avaliação da recuperabilidade de ativos (*impairment*);
- à mensuração de provisões e contingências;
- ao reconhecimento e mensuração de tributos correntes e diferidos;
- à apuração do resultado de equivalência patrimonial até a data da baixa do investimento (vide Nota 2).

Na data de encerramento do exercício, a Administração avaliou as principais estimativas e julgamentos adotados na elaboração destas demonstrações financeiras e concluiu que não há premissas críticas que possam resultar em ajustes materiais aos valores contábeis apresentados no curto prazo.

### **3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado.

#### **3.5.1 Ativos financeiros e contratuais**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### **3.5.2 Ativos não financeiros**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou avaliação qualitativa dos ativos, nos termos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e concluiu que não houve identificação de indicadores de perda por redução ao valor recuperável que demandassem a realização de teste formal de *impairment*. Dessa forma, não foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável no exercício.

## **4. Informações materiais das políticas contábeis**

As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

## Resultados de 2025

### 4.1 Controladas em conjunto

Acordos em conjunto são entidades sobre as quais a Companhia exerce controle compartilhado com uma ou mais partes, conforme definido no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Até 28 de fevereiro de 2025, a Companhia detinha participação classificada como empreendimento controlado em conjunto (“*joint venture*”), sendo o investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

Nos termos dessa política contábil:

- o investimento era inicialmente reconhecido ao custo;
- a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos da investida era reconhecida no resultado;
- a participação nas mutações do patrimônio líquido da investida era reconhecida no patrimônio líquido da Companhia;
- perdas adicionais deixavam de ser reconhecidas quando o valor contábil do investimento fosse reduzido a zero, exceto na existência de obrigações assumidas.

Após a baixa do investimento ocorrida em 2025 (vide Nota 2), a Companhia não possui mais participações classificadas como empreendimentos controlados em conjunto.

### 4.2 Adoção das IFRSs novas e revisadas

#### 4.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aplicou alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* que passaram a ser obrigatoriamente aplicáveis para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não resultou em impactos materiais sobre os valores reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações à IAS 21 definem como avaliar se uma moeda é conversível por outra e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A moeda é considerada conversível quando a entidade pode obter outra moeda dentro de um prazo razoável e por meio de um mecanismo de mercado. Se a conversibilidade for limitada, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista para refletir as condições econômicas vigentes. A entidade pode usar taxas de câmbio observáveis ou outras técnicas de estimativa. As alterações também exigem divulgação de como a conversibilidade afeta o desempenho financeiro da entidade. Além disso, um novo apêndice foi adicionado à IAS 21 com orientações e exemplos ilustrativos.
OCPC 10 – Créditos de Carbono	Aprovada pelo CFC e alinhada às discussões internacionais do IASB, esta orientação estabelece os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono. A norma exige a segregação com base na destinação: (i) Estoques, para créditos destinados à venda; ou (ii) Ativos Intangíveis, para créditos destinados à compensação de emissões próprias. Em ambos os casos, a mensuração inicial é realizada pelo custo de aquisição ou de geração.

#### 4.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis, conforme descrito a seguir:

Norma	Descrição
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo muitas de suas exigências e adicionando novas. Algumas exigências da IAS 1 foram transferidas para a IAS 8, IFRS 7 e outras normas. A IFRS 18 introduz novas obrigações, como a apresentação de categorias e subtópicos específicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e melhorias na agregação e desagregação de informações. A IFRS 18 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas outras normas entram em vigor quando a IFRS 18 for adotada e devem ser aplicadas retrospectivamente com disposições de transição.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis forneçam divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras, desde que não tenham responsabilidade pública e que sua controladora final ou intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS. A norma é opcional para essas subsidiárias e exige que elas atendam a critérios específicos, como não ter instrumentos negociados publicamente e não atuar em áreas de responsabilidade pública, como bancos e seguradoras. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Se adotada antecipadamente, a entidade deve seguir exigências de divulgação modificadas.
Emendas à Classificação e Medição de Instrumentos Financeiros - Alterações às IFRS 9 e IFRS 7	Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações esclarecem aspectos relacionados ao reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo exceção aplicável a passivos financeiros liquidados por determinados sistemas eletrônicos de transferência, bem como aprimoram as orientações para avaliação do critério SPPI. Adicionalmente, introduzem requerimentos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contratuais que possam modificar fluxos de caixa e atualizam as divulgações aplicáveis a instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI).
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em setembro de 2024, o IASB emitiu melhorias pontuais às normas IFRS, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. As alterações incluem: (i) ajustes na IFRS 1 para aprimorar a consistência com os requerimentos de contabilidade de hedge previstos na IFRS 9 e melhorar a clareza de sua aplicação; (ii) atualização da terminologia da IFRS 7 para alinhamento com a IFRS 13; (iii) esclarecimentos na IFRS 9 quanto à contabilização da baixa de passivos de arrendamento e ajuste terminológico relacionado ao conceito de preço de transação em alinhamento com a IFRS 15; (iv) esclarecimento na IFRS 10 quanto à identificação de agentes de fato; e (v) ajuste terminológico na IAS 7, substituindo o termo “método de custo” por “ao custo”.
Contratos Referentes à Eletricidade Dependente da Natureza – Alterações às IFRS 9 e IFRS 7	Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações esclarecem a aplicação do critério de “uso próprio” a contratos de compra de eletricidade dependentes da natureza, permitem a designação desses contratos como instrumentos de hedge e introduzem requisitos adicionais de divulgação relacionados aos seus efeitos sobre o desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Exceto em relação às alterações trazidas pelo IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, a Administração não espera que a adoção das demais normas listadas acima resulte em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A Administração encontra-se em processo de avaliação dos possíveis efeitos da IFRS 18 sobre a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras futuras.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 está assim representado:

## Resultados de 2025

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	80	113
Aplicações financeiras de curto prazo	1.728	7.886
<b>Total</b>	<b>1.808</b>	<b>7.999</b>

No exercício de 2025, as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103% do CDI (entre 98% e 103% em 2024), e possuem liquidez imediata, permitindo o resgate antecipado sem penalidades ou perda de rendimentos. Tais instrumentos são contratados substancialmente junto a instituições financeiras de primeira linha, refletindo preços e condições usuais de mercado.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 16.

### 6. Tributos

#### 6.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativos compensáveis</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	208	83
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>83</b>

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Passivos a recolher</b>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4	5
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	3	3
Instituto nacional de seguridade social - INSS	3	4
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1	1
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>14</b>

## Resultados de 2025

<b>Movimentação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualizações Monetárias</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Compensações / Restituições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	83	115	12	-	-	(2)	208
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	131	-	-	(114)	(17)	-
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>246</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>(114)</b>	<b>(19)</b>	<b>208</b>

<b>Movimentação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualizações Monetárias</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Compensações / Restituições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	91	-	(72)	-	(19)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5	41	-	(42)	-	-	4
Programa de integração social – PIS	1	4	-	(4)	-	-	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	3	26	-	(26)	-	-	3
Instituto nacional de seguridade social - INSS	4	35	-	(36)	-	-	3
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1	8	-	(8)	-	-	1
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	1	-	(1)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>206</b>	<b>-</b>	<b>(189)</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>12</b>

## Resultados de 2025

### 7. Dividendos a receber

Refere-se ao direito da Companhia aos dividendos declarados pela Hidrelétrica Cachoeirão S.A., enquanto esta era classificada como empreendimento controlado em conjunto:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Resultado líquido do exercício	-	10.854
Dividendos propostos (25%)	-	2.714
<b>Participação (51%)</b>	<b>-</b>	<b>1.384</b>

A movimentação dos dividendos recebidos da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. no período está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação</b>	<b>R\$ mil</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.946</b>
(+) Crédito de dividendos complementares	4.590
(-) Recebimento de dividendos	(7.536)
(+) Crédito de dividendos propostos	1.384
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.384</b>
(-) Transferência à controladora (a)	(1.384)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>

(a) **Transferência à controladora:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrava o montante de R\$ 1.384 a receber da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., referente a dividendos declarados e ainda não liquidados. No âmbito da reorganização societária mencionada nas Notas 1 e 2, e conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de abril de 2025, esse direito creditório foi transferido à controladora Santa Maria Participações S.A. como parte da restituição de capital decorrente da redução do capital social. A operação foi realizada com base nos respectivos valores contábeis, não havendo impacto no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo remanescente de dividendos a receber.

### 8. Investimentos

Os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, quando aplicável, em conformidade com o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Outras participações societárias são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.

<b>Composição</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Investimentos em Controladas em Conjunto</b>			
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	8.1	-	45.342
		-	45.342
<b>Outros investimentos</b>			
Demais participações		261	133
		261	133
<b>Total</b>		<b>261</b>	<b>45.475</b>

## Resultados de 2025

### 8.1 Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

Até 28 de fevereiro de 2025, a Companhia detinha 51% de participação na Hidrelétrica Cachoeirão S.A., classificada como empreendimento controlado em conjunto e mensurada pelo método da equivalência patrimonial.

Movimentação do investimento	R\$ mil
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>45.342</b>
Resultado de equivalência patrimonial (até 28/02/2025)	1.198
Baixa por restituição de capital	(46.540)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>

O saldo contábil remanescente foi integralmente baixado em virtude da transferência da participação societária à controladora, no contexto da redução de capital aprovada em 8 de abril de 2025 (vide Nota 2).

Por se tratar de operação entre entidades sob controle comum, a baixa ocorreu com base nos valores contábeis, não havendo reconhecimento de ganho ou perda no resultado do exercício.

### 9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

A composição do imobilizado é apresentada como segue:

Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido Em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Imobilizado em Serviço</b>				
Terrenos	196	-	196	196
Móveis e utensílios	1	(1)	-	-
Máquinas e Equipamentos	3	(3)	-	-
Subtotal	200	(4)	196	196
<b>Imobilizado em curso (a)</b>				
Desenvolvimento de Projetos	2.589	-	2.589	2.561
Subtotal	2.589	-	2.589	2.561
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>2.789</b>	<b>(4)</b>	<b>2.785</b>	<b>2.757</b>

(a) **Imobilizado em curso:** Refere-se, substancialmente, a estudos e projetos do empreendimento identificado como CGH KM 47. Com investimento previsto em R\$ 55,3 milhões, o empreendimento terá potência total instalada de 4,85 MW, com estudos indicando energia assegurada de 3,16 MW Médios e fator de capacidade de 65,15%. A CGH KM 47, localizada no Braço Sul do Rio São Mateus, em São Mateus/ES, contará com duas turbinas tipo KAPLAN-S, queda bruta de 20,62m, com barragem de concreto, comprimento total de crista 209m, adução em conduto fechado e vazão total turbinada de 27,0 m<sup>3</sup>/s. O projeto está em fase de desenvolvimento, tendo sido obtida pela Companhia, em 10 de março de 2025, a licença municipal prévia, requerida através do processo nº 2335/2025 com validade de 730 dias. Além disso, em 2025, foi obtida também, junto a Agência Nacional de Águas - ANA, a outorga preventiva de direito de uso de recursos hídricos através do documento nº 02500.018066/2025-15.

## Resultados de 2025

Os saldos do imobilizado apresentaram a seguinte movimentação:

<b>Movimentação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2025</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>			
Terrenos	196	-	196
Subtotal	196		
<b>Imobilizado em curso</b>			
Desenvolvimento de Projetos	2.561	28	2.589
Subtotal	2.561	28	2.589
<b>Total do imobilizado</b>	<b>2.757</b>	<b>28</b>	<b>2.785</b>

### 10. Obrigações sociais e trabalhistas

<b>Composição</b>	<b>Circulante</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Folha de pagamento líquida	3	4
Férias a pagar (incluindo encargos sociais)	16	12
Previdência privada	-	1
Tributos retidos	1	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>17</b>

### 11. Patrimônio líquido

#### 11.1 Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 24 de fevereiro de 2025, foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$ 29.847, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros e da totalidade da reserva legal, sem a emissão de novas ações.

Subsequentemente, em AGE realizada em 8 de abril de 2025, foi deliberada a redução do capital social no montante de R\$ 47.924, por considerá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/76.

A restituição à acionista única, Santa Maria Participações S.A. ("SMP"), foi efetivada mediante:

- (i) transferência de 17.850.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 51% da participação anteriormente detida na Hidrelétrica Cachoeirão S.A., no montante de R\$ 46.540; e
- (ii) transferência do montante de R\$ 1.384, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 1º de outubro de 2025, foi aprovado novo aumento de capital no valor de R\$ 424, mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, sem emissão de novas ações. Na mesma data, foi formalizada a transformação da natureza jurídica da Companhia em Sociedade Empresária Limitada Unipessoal.

Após a transformação, o capital social passou a ser representado por 2.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 2.000.

## Resultados de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social apresentava a seguinte composição e distribuição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quotas	R\$ mil	Ações Ordinárias	R\$ mil
Sócio único				
Santa Maria Participações S.A.	2.000.000	2.000	19.653.159	19.653
<b>Total</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000</b>	<b>19.653.159</b>	<b>19.653</b>

### 11.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da companhia possuem a seguinte composição:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	-	3.931
Reserva de retenção de lucros	1.582	27.922
Lucro do exercício a deliberar	1.448	4.622
<b>Total</b>	<b>3.030</b>	<b>36.475</b>

As reservas de lucros apresentadas foram constituídas quando a Companhia estava organizada sob a forma de sociedade por ações, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com as deliberações societárias então vigentes.

Com a transformação da natureza jurídica da Companhia em sociedade empresária limitada unipessoal, em 1º de outubro de 2025, as referidas reservas passaram a compor o patrimônio líquido da SME, observadas as disposições do Código Civil e do contrato social.

A reserva legal foi integralmente capitalizada no exercício, conforme deliberação societária. A reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucros acumulados mantida na Companhia para suporte às suas atividades e projetos. O lucro do exercício permanece registrado como “lucro do exercício a deliberar” até sua destinação pela sócia única.

### 11.3 Pagamento de dividendos

No exercício de 2025, foram pagos R\$ 6.163 a título de dividendos, em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025. O montante compreende: (i) R\$ 1.541 relativo ao dividendo mínimo obrigatório; e (ii) R\$ 4.622 referente ao dividendo complementar adicional.

## 12. Outras receitas operacionais

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Sicoob Leste Capixaba (a)	105	120
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>120</b>

(a) **Sicoob Leste Capixaba:** Lucros integralizados na conta capital pelo Sicoob Leste Capixaba.

## Resultados de 2025

### 13. Despesas operacionais

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Pessoal	165	182
Materiais	14	24
Serviços de terceiros	24	24
Serviços de terceiros – Partes relacionadas	92	-
Gastos diversos	24	61
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>291</b>

### 14. Resultado financeiro

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>625</b>	<b>1.182</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	584	1.159
Variações monetárias	12	14
Outras receitas financeiras	29	9
<b>(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras</b>	<b>(30)</b>	<b>(56)</b>
PIS	(4)	(8)
COFINS	(26)	(48)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>595</b>	<b>1.126</b>

### 15. Impostos

#### 15.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro real, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. São reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### 15.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A composição do imposto de renda e contribuição social, apurados com base no lucro real, é apresentada como segue:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.579	6.491
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(537)	(2.207)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(61)	(68)
Resultado de equivalência patrimonial	407	1.882
Lucros e Dividendos	36	41
Outras	24	24
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(131)</b>	<b>(328)</b>
<b>Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL</b>	<b>8,28%</b>	<b>5,05%</b>

### 16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

#### 16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

## Resultados de 2025

(c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Nível	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>1.808</b>	<b>7.999</b>	<b>1.808</b>	<b>7.999</b>
<b>Custo Amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.808	7.999	1.808	7.999
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	1	2	1	2

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado.

### 16.2 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio.

Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio.

Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### 16.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações monetárias e taxas de juros.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras referentes a empréstimos, financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Para mitigar esse risco, a empresa adota uma abordagem proativa, realizando monitoramento constante das taxas de juros de mercado. O objetivo é avaliar a eventual necessidade de contratar proteção contra a volatilidade dessas taxas, visando reduzir a exposição a mudanças abruptas e imprevistas nos custos de financiamento ou nos retornos de aplicações financeiras.

Além disso, a Companhia implementou uma análise de sensibilidade para mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a esses riscos. A análise busca estimar o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress, mantendo outras variáveis constantes.

No cenário provável, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras, incorporando variações nos indicadores: CDI/Selic de 12,25% conforme previsto na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 30 de janeiro de 2026. Por sua vez, os cenários II e III, consideram uma degradação de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco primário do instrumento financeiro em comparação ao nível empregado no cenário provável. Essa análise é conduzida como resposta a eventos extraordinários que possam impactar o cenário econômico.

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa no exercício</u>	<u>Saldo Exposição</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	Queda do CDI/Selic	12,25%	1.728	212	(53)	(106)

### 16.2.2 Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

### 16.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir seus compromissos nos respectivos vencimentos. Para mitigar esse risco, a gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente medidas que incluem o alongamento dos prazos dos empréstimos e financiamentos, a desconcentração dos vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros.

O monitoramento contínuo do fluxo de caixa permite identificar eventuais necessidades de captação de recursos com antecedência suficiente para estruturação e escolha das melhores fontes. No caso de haver sobras de caixa, a Companhia realiza aplicações financeiras com o objetivo de preservar sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 1.728 (R\$ 7.886 em 2024).

\* \* \*



---

**ADMINISTRAÇÃO**

---

**Angelo Arpini Coutinho**  
Administrador

**Angelo André Bosi**  
Administrador

---

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## **CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

---

### **Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes**

Os diretores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Forvis Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Colatina, 20 de março de 2026.

---

### **ADMINISTRAÇÃO**

---

**Angelo Arpini Coutinho**  
Administrador

**Angelo André Bosi**  
Administrador

---

### **DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Santa Maria Energética Ltda.  
Colatina - ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energética Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Santa Maria Energética Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

  
Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ 086312/O-6